

Sumário

Introdução	1
1 A Indicação Geográfica	13
1.1 Propriedade intelectual	14
1.2 Propriedade Industrial	20
1.3 Indicações geográficas	27
1.3.1 Conformação temporal	28
1.3.2 Tutela legal e tipos de indicação geográfica	32
1.3.3 Natureza jurídica, características e suas funções	39
1.3.4 Caracterização de uma indicação geográfica: o processo brasileiro	42
1.4 Ciclo virtuoso do sistema de propriedade intelectual.....	48
2 Interface entre Indicação Geográfica e Desenvolvimento	51
2.1 O desenvolvimento: princípio, objetivo e direito fundamental	52
2.2 O estado da arte	61
2.3 De qual desenvolvimento se está a falar?	68
2.3.1 O marco teórico utilizado	70
2.3.2 Desenvolvimento socioeconômico sustentável local como liberdade.....	77
2.4 Critérios para que uma indicação geográfica possa gerar desenvolvimento.....	80
2.5 Ausência de indicação geográfica como fator de subdesenvolvimento.....	83

3 (In)Existência de Barreiras Simbólicas para Registro de IG.....	85
3.1 Caso paradigma: o estado do Maranhão.....	88
3.1.1 Justificativa da escolha pelo estado do Maranhão	88
3.1.2 Caracterização do estado do Maranhão.....	89
3.2 Potencialidades maranhenses para indicações geográficas	95
3.2.1 Abacaxi de Turiaçu.....	96
3.2.2 Cachaça do Sertão Maranhense	100
3.2.3 Farinha de Carema.....	103
3.2.4 Queijo de São Bento	105
3.2.5 Méis de abelhas nativas	107
3.2.6 Produtos à base do óleo do coco de babaçu.....	111
3.2.7 Tiquira.....	114
3.3 Barreiras simbólicas ao registro de uma indicação geográfica maranhense	119
4 O Necessário Enfrentamento às Barreiras Simbólicas	131
4.1 O que representa o registro de uma indicação geográfica?.....	132
4.2 O acesso à informação jurídica como liberdade instrumental	135
4.3 Planejamento técnico de ação racional do Estado: government by polices	139
4.4 A formação de capital social como razão de eficácia para o desenvolvimento	150
4.5 Postura (ou dogmática) constitucional emancipatória.....	156
Conclusão	163
Referências.....	171
Apêndices	211
Anexos	223